

OS LUGARES DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

THE HOUSEMAIDS' PLACES

Juliana Cristina Teixeira*
Luiz Alex Silva Saraiva**
Alexandre de Pádua Carrieri***

Resumo

Quais são os lugares das empregadas domésticas? Buscando solucionar essa questão, este artigo utiliza a noção de lugar como espaço social e simbólico que se relaciona à territorialidade e à identidade. Para o estudo, foram entrevistadas empregadas domésticas em uma abordagem qualitativa de pesquisa, sob o método de história de vida, considerando que as noções de tempo e de memória estão diretamente relacionadas às de lugar, território e identidade. Pelas trajetórias de vida das empregadas, percebemos maior identificação e sentimento de pertencimento com os lugares atuais de trabalho e de moradia. No lugar de trabalho, a casa enquanto esfera produtiva, há, ao mesmo tempo, proximidade física e distanciamento simbólico entre empregadas e patrões. O que se destaca nos depoimentos é a recorrente negação da condição de empregada doméstica para se permitirem pertencerem aos lugares. Os resultados reforçam tanto o simbolismo do lugar quanto sua pluralidade, já que são lugares, no plural, os ocupados pelas empregadas domésticas e reforçam, sobretudo, a diferenciação entre estar fisicamente em um lugar e simbolicamente a ele pertencer. Além disso, observamos que as empregadas, como qualquer sujeito social, podem experimentar diversas noções de pertencimento e territorialidade ao longo de suas vidas.

Palavras-chave: Lugares. Empregadas domésticas. Identidade. Território. História.

Abstract

What are the places of the housemaids? Seeking to answer this question, this paper uses the notion of place as a social and symbolic space which relates to territoriality and identity. For the study, housemaids were interviewed in a qualitative research approach. The chosen method was life story, because the notions of time and memory are directly related to the place,

* *Doutoranda em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/FACE/UFMG) – Professora Assistente do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del-Rei – (DECAC/UFESJ). E-mail: julianacteixeira@yahoo.com.br*


** *Doutor em Administração pelo CEPEAD/FACE/UFMG – Professor adjunto do Departamento de Ciências Administrativas e do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/FACE/UFMG). E-mail: saraiva@face.ufmg.br*

*** *Doutor em Administração pelo CEPEAD/FACE/UFMG – Professor titular do Departamento de Ciências Administrativas e do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/FACE/UFMG). Líder do NEOS (Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade). E-mail: alexandre@face.ufmg.br*

territory and identity. By the life trajectories of the housemaids, we realize a greater identification and sense of belonging with the current places of work and housing. In the workplace, the home as a productive sphere, there are at the same time a physical proximity and a symbolic distance between housemaid and employers. What stands out in their statements is a recurring denial of the condition of housemaid to allow themselves to belong to the places. The main contributions of this study reinforce both the symbolism of the place as its plurality, since they are places, in the plural, occupied by the housemaids; and reinforce especially the differentiation between being physically in a place and symbolically belong to this place. Furthermore, we observed that the housemaids, like any social subject, may experience different notions of belonging and territoriality, according to the different stages of her lives.

Keywords: Places. Housemaids. Identity. Territory. History.

Introdução

 O objetivo neste artigo é buscar responder à seguinte questão: quais são os lugares das empregadas domésticas? Elas são trabalhadoras que cotidianamente transitam entre lugares distintos do ponto de vista social, econômico e simbólico. Além do contexto social em que vivem, sua atividade invoca sentimentos de afetividade e de familiaridade relativos a outras pessoas e territórios, como “a casa dos patrões”, por exemplo. Entendendo lugar no sentido de um espaço social e simbólico que se relaciona à construção de identidades e de territorialidade, objetivamos analisar a forma como elas se relacionam com os diversos lugares nos quais estiveram e estão presentes ao longo de sua trajetória de vida. Adotamos, assim, a noção de lugar no sentido de “meu lugar” ou “nosso lugar”.

O fato das empregadas domésticas transitarem comumente entre realidades sociais econômica e simbolicamente distintas e somarem “uma grande quantidade de variantes de exclusão social, tais como gênero, raça, poder aquisitivo e o próprio tipo de trabalho exercido” (SANTOS, 2010, p. 12) faz com que pensar qual é o seu lugar se torne uma tarefa interessante. Além disso, a própria peculiaridade de seu trabalho, também realizado em um espaço privado, a casa se tornando esfera produtiva, faz com que em seu cotidiano não haja uma delimitação precisa entre o que é privado e público. Para responder à questão da pesquisa, foram entrevistadas empregadas domésticas residentes na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no intuito de conhecer suas histórias de vida.

As empregadas domésticas pertencem a uma categoria de trabalhadores que representa no Brasil, de acordo com o IBGE (2010a), 6,9% da população economicamente ativa, cerca de 6,65 milhões de brasileiros. No entanto, mesmo nessa categoria, estão em desvantagem, já que a falta de reconhecimento social de sua atividade faz com que seu emprego adquira características de subtrabalho ou, ainda, de não-trabalho. Falamos aqui em empregadas domésticas, no feminino, porque as relações de gênero constituem um tema central ao se falar de trabalhadores domésticos, pois 93,2% deles são mulheres (IBGE, 2010a). Assim, optamos por escolhê-las como sujeitos da pesquisa. Do total de mulheres economicamente ativas, 14,26% são trabalhadoras domésticas, dentre as quais 59,3% negras e 40,3% brancas, o que faz acrescentar também a dimensão racial na realidade dessas mulheres.

Nesse cenário, destacamos a contradição da situação dessas mulheres, que são, ao mesmo tempo, trabalhadoras que não desfrutam de reconhecimento social e que, em contrapartida, são gestoras cotidianas no mundo privado.

Além de gestoras, poderíamos dizer que são também artistas, fazendo uma analogia com a abordagem de Certeau (1998) sobre as artes de fazer dos sujeitos. Pois são mulheres que cotidianamente desenvolvem estratégias e táticas de sobrevivência no trabalho.

Com este artigo, fazemos então um convite para que se explore o universo dessas mulheres gestoras do cotidiano, ainda que o estudo realizado tenha compreendido apenas uma microanálise da vida dessas mulheres. Assim como pesquisadores da administração adentram outros territórios, como os da sociologia, o convite é para que se faça o movimento inverso, que mulheres que são comumente sujeitos em pesquisas sociológicas possam também adentrar o campo dos estudos organizacionais. Para responder à questão de pesquisa, utilizamos um referencial teórico sobre o conceito de lugar no sentido de espaço socialmente construído e que tem intrínsecas relações com as noções de identidade e de território. Além disso, empreendemos uma discussão que se insere no campo da sociologia das profissões e visamos, além disso, destacar a proximidade física e o distanciamento simbólico que existe nas relações entre as empregadas domésticas e seus empregadores.

A empregada doméstica no Brasil

A definição de trabalhadora doméstica não é um consenso do ponto de vista jurídico. Os dissensos giram principalmente em torno do critério de continuidade do trabalho. Assim, discute-se, por exemplo, se a diarista é ou não uma trabalhadora doméstica. A divergência se deve à interpretação do termo "natureza contínua" que aparece na definição de empregado doméstico no artigo 3º do Decreto Lei nº 71.885 de 09 de março de 1973: "considera empregado doméstico aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas" (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 19).

Culturalmente, o emprego doméstico é considerado um lugar feminino. Mesmo com o recente crescimento de homens nessas atividades, mais de 90% do contingente é de mulheres (OLIVEIRA, 2009). É a principal atividade na qual as mulheres brasileiras estão alocadas, representando um quinto do total de mulheres que trabalham (OLIVEIRA, 2009). A condição social de inferioridade dessas mulheres diz respeito não apenas ao fato de serem trabalhadoras domésticas, mas também à própria condição de gênero. A atribuição do lugar doméstico, seja no âmbito privado ou no âmbito do trabalho, relaciona-se à disseminação do patriarcado por todas as esferas sociais, não mais restrito à esfera pública (SAFFIOTI, 2004).

A origem da profissão da doméstica no Brasil tem relação com a abolição da escravatura, época em que se tornou a principal fonte de emprego para as então ex-escravas. O caráter de precariedade desse tipo de trabalho remonta a esse período, principalmente em relação ao tipo de emprego no qual se recebe benefícios, e não dinheiro. "Com o processo de urbanização e industrialização, a chamada ajuda vira serviço doméstico em troca de casa e comida, principalmente para as mulheres migrantes do meio rural, e posteriormente transforma-se numa atividade assalariada" (OLIVEIRA, 2009, p. 10). De lá para cá, houve uma redução nesse tipo de trabalho, embora ainda constitua uma importante atividade econômica.

Santos (2010) discute a terminologia utilizada para designar essas trabalhadoras. Ela se posiciona a favor do termo trabalhadora doméstica e não empregada doméstica porque "o termo 'empregada' remete a contextos de ausência de reconhecimento profissional e político" (SANTOS, 2010, p. 13). No entanto, utilizamos aqui empregada doméstica (exceto quando se refere aos termos presentes na legislação) para que se diferenciem essas mulheres das donas de casa, que são também trabalhadoras domésticas, embora não remuneradas. Acreditamos que não é apenas uma mudança de terminologia que garantirá a essas mulheres o devido reconhecimento social. Trata-se de uma construção social do que é trabalhar em domicílios, o que envolve várias outras dimensões relativas à identidade e alteridade. Há ressignificações que são necessárias e que não perpassam apenas pela mudança na sua nomenclatura.

O trabalho doméstico nas hierarquias profissionais e sociais

Em termos de hierarquias profissionais e sociais, há que se destacar, em primeiro lugar, a própria condição de desigualdade em que se encontram as mulheres no mundo privado e também do trabalho. Nesse sentido, o próprio fato da maioria de trabalhadores domésticos serem do sexo feminino já nos diz a quem é atribuído, socialmente, o lugar e as tarefas domésticas. Além dessa própria condição de gênero, o trabalho das empregadas domésticas dentro da hierarquia profissional pode nem mesmo ser considerado uma profissão, se levarmos em conta as perspectivas funcionalistas da sociologia das profissões.

Em uma sociedade na qual a educação escolar é base tanto de socialização quanto de hierarquização, e em que os certificados acadêmicos são um instrumento importante de distinção dos grupos profissionais (BARBOSA, 2003), o que se dirá dos status conferidos a empregadas domésticas, trabalho para o qual não se exige escolaridade? O próprio fato de ser realizado no espaço da casa, lugar privado, já reduz sua distinção dentro da sociedade.

Além disso, estamos falando de um trabalho manual. Tivemos historicamente a construção social dos trabalhos manuais como trabalhos hierarquicamente inferiores, em contraposição àqueles atrelados aos certificados acadêmicos e, simbolicamente, ao "pensar". Campos e Alverga (2001) argumentam que uma visão classista histórica atribuiu um status de indignidade aos trabalhos manuais.

Larson (1977) considera que as profissões são uma das principais formas de organização da desigualdade social. Vivemos em uma sociedade que se organiza de acordo com a lógica de sistemas de dominação e de exploração (BERNARDES, 1992, p. 26) ou, de forma mais simplificada, um sistema denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987). Quando falamos de mulheres (sobretudo negras e pardas, mas também brancas), já ocorre, por si só, um predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais (BRUSCHINI, 2007).

Há uma permanência das responsabilidades femininas pelos afazeres domésticos e cuidados com filhos, o que demonstra a continuidade de modelos familiares tradicionais (BRUSCHINI, 2007), ainda que este não seja mais, na realidade, o modelo mais comum. Como se observa nos dados do IBGE (2010b), 39% das famílias atualmente no Brasil são chefiadas por mulheres, o que se desvincula do modelo tradicional e patriarcal de família.

Aspectos que comumente caracterizaram o trabalho doméstico ao longo dos anos foram as longas jornadas de trabalho, os baixos níveis de rendimento e a ausência de formalização, "embora em relação a esses dois últimos aspectos haja alguns sinais promissores de mudanças" (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 67).

A dificuldade para se obter reconhecimento legal por parte das empregadas e o pouco reconhecimento social se deve muito ao modo como surgiu o próprio conceito de profissão. Sua noção emerge de uma perspectiva funcionalista, desenvolvida principalmente nos anos 1950 e 1960 na sociologia norte-americana, momento no qual se produziu vários esquemas classificatórios isolando as profissões das demais ocupações (GONÇALVES, 2007). Às profissões, foram conferidos atributos exclusivos como a posse de conhecimentos científicos e técnicos, especializados e complexos obtidos após uma longa formação universitária, cujos exemplos paradigmáticos são os médicos e os advogados, que assumem a função de um "tipo ideal para a seleção e identificação de ocupações em geral" (GONÇALVES, 2007, p. 179). Nessa concepção, o trabalho das empregadas domésticas é visto então como ocupação e não profissão.

Além disso, predomina outro elemento importante dos esquemas classificatórios funcionalistas: "a concepção das profissões como instrumentos de resposta às necessidades sociais que concorrem para a integração e coesão sociais nas sociedades capitalistas" (GONÇALVES, 2007, p. 179). Nesse sentido, podemos questionar por que o trabalho das empregadas não pode ser considerado um instrumento de integração nas sociedades capitalistas se sua atividade é um meio de sustentação da própria atividade

econômica. Se considerarmos que exercem atividades que mulheres (e homens!) não têm tempo para exercer por estarem no mercado de trabalho, seu trabalho se insere sim na dinâmica capitalista.

No entanto, é importante ressaltar que a própria consideração do trabalho doméstico como um trabalho que contribui para o exercício da atividade econômica é perigosa. Pois pode implicar a visão do trabalho como apoio para a realização do "autêntico trabalho, este sim, verdadeiramente produtivo, posto que consubstancia em produtos cujos valores são monetarizáveis" (MARCONDES et al., 2003, p. 93).

O problema é que, além de não ser um trabalho que gera lucro e sim ônus para as famílias, uma das principais fontes de legitimidade social das profissões, além da posse de conhecimentos científicos e técnicos, é o ideal de serviço à coletividade (GONÇALVES, 2007). As empregadas exercem suas atividades no contexto privado e

a mesma hierarquia que organiza, pelo valor, as diferenças entre trabalhos realizados por homens e por mulheres, possibilitou o não reconhecimento dos trabalhos que ocorrem na esfera doméstica e são relacionados ao mundo privado. Os cuidados, geralmente atribuídos às mulheres, com as crianças, a casa e seus moradores, não são considerados trabalhos [...] (MARCONDES et al., 2003, p. 93).

O monopólio de uma área de conhecimento especializado e institucionalizado é considerado um dos elementos fundamentais para sustentar o poder da profissão (GONÇALVES, 2007). Não sendo o trabalho da empregada institucionalizado, ele ocupa uma posição marginal no que se refere às hierarquias profissionais e sociais, embora seja essa uma ocupação muito presente em nossa sociedade.

Houve, por parte de interacionistas simbólicos, como Hughes, uma ruptura com essa perspectiva funcionalista das profissões. Os interacionistas passaram a privilegiar profissões menos distintivas socialmente utilizando métodos de pesquisa como a observação participante e a história de vida. No entanto, a influência da visão funcionalista é ainda significativa, e o enfoque micro-sociológico de análise dos interacionistas é alvo de críticas por não envolver uma leitura sistêmica das profissões (GONÇALVES, 2007).

Lugar, identidade e território

A noção de lugar que aqui se utiliza tem relação com a noção de pertencimento e de território, bem como com a noção de identidade. O lugar é construído social e simbolicamente pelos indivíduos e, havendo em relação a ele, um sentimento de pertencimento, nos referimos ao lugar como território. Utilizamos o termo lugar no sentido de algo que transcende o aspecto geográfico e físico dos espaços. O lugar é uma dinâmica construída socialmente e não uma representação estática do mundo natural (DASKALAKI; STARAB; IMAS, 2008). Ele é uma parte do espaço apropriada de vida, um produto humano continuamente produzido e reproduzido, possuindo, assim, identidade (CASTROGIOVANNI, 2007). Por meio de representações e símbolos, o espaço se converte em lugar.

Questionamos quais são os lugares das empregadas domésticas porque o lugar se torna uma personificação e um meio de vida (DASKALAKI; STARAB; IMAS, 2008), "é onde se enraízam as experiências; territorialidade e identidade" (SPINK, 2001, p. 16). A referência de lugar que será utilizada para as categorias analíticas do trabalho diz respeito, em primeiro lugar, a um espaço físico, como o local do trabalho, da família de origem, da escola e da casa, mas o sentido que se atribui a esses espaços transcende esse aspecto físico. Trata-se de lugares que são fonte de carga afetiva e social (CHANLAT, 1996) e que invocam sentimentos e noção de pertencimento (ou ausência deste).

Nesse sentido, o lugar (antropológico), para Augé (1994), é uma construção concreta e simbólica do espaço, envolvendo as vicissitudes e as contradições da vida social. Ele possui um sentido para quem nele vive e inteligibilidade para quem o observa. Há um simbolismo envolvido nos lugares porque as formas simbólicas são representações da realidade (HALL, 2006) que se tornam espaciais quando são

constituídas por fixos e fluxos, por localizações e itinerários (CORRÊA, 2007). No lugar, “realiza-se o cotidiano, o momento, o fugidio, mas também a história, o permanente, o fixo” (ALBAGLI, 2004, p. 51), é o “o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido por meio do corpo” (CARLOS, 1996, p. 20). Na concepção de Agnew e Ducan (1989), o lugar reúne três dimensões: econômica, enquanto espaço de atividades produtivas; de perspectiva microsociológica (espaço de interação social) e macrosociológica (espaço de conformação de estruturas sociais); e antropológica e cultural (identificação do indivíduo com o espaço que habita).

Dois noções guardam relações diretas com a noção de lugar e são fundamentais para se compreender o aporte teórico que aqui se utiliza: identidade e território. A identidade, um processo em construção permanente (HALL, 2006), “não é uma substância ou atributo individual ou coletivo, mas uma elaboração determinada pelas estruturas mentais e processos psíquicos a partir das interações com outros indivíduos, grupos e comunidades”, remetendo “ao geral e ao particular, ao coletivo e ao individual” (FREITAS, 2010, p. 12-13). Há, nesse sentido, identidades pessoais e sociais. A identidade pessoal é uma “construção individual do conceito de si e a social, o conceito de si a partir da vinculação da pessoa a grupos sociais” (MACHADO; KOPITKE, 2002, p. 2).

Podemos dizer que o lugar é identitário porque representa para as pessoas que nele vivem um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições (AUGÉ, 1994). Ao lugar, as pessoas atribuem significados e constroem identidade local, havendo nele uma dinâmica simbólica que se baseia no senso coletivo. Além de identitário, o lugar é relacional – um espaço existencial e experiencial – e histórico, pois implica memória (AUGÉ, 1994). Quando as entregadas, ao contarem sua história de vida, se referem aos lugares nos quais já viveram, há uma referência sentimental a eles atribuída por acontecimentos e sensações que ficaram em suas memórias. Os lugares representam símbolos da alteridade do passado em relação ao presente (CARDOSO, 2007) e, por meio de processos de identificação, recebem sentido (RICHARDSON, JENSEN, 2003), tornando-se história codificada (STEWART; STRATHERN, 2003). É no lugar que os sujeitos produzem suas subjetividades, pensando a partir dele “o viver, o trabalhar, formar laços sociais e identificar-se com os semelhantes” (VILHENA, 2002, p. 50).

As características de identitário, relacional e histórico que Augé (1994) atribui aos lugares são tão importantes em sua concepção que, baseando-se na ausência dessas características, o antropólogo cria o conceito de não-lugares. O não-lugar é um espaço organizado que não garante identidade, relações e memória. Os não-lugares são espaços constituídos para determinados objetivos como, por exemplo, transporte, comércio e lazer. Com os não-lugares, as pessoas mantêm uma relação de uso que diz respeito aos seus fins. É devido à supermodernidade, para Augé (1994), que se criam os não-lugares destinados à circulação de pessoas. Esses podem ainda ser não somente físicos, mas também virtuais, como quando se assiste à televisão ou se utiliza computadores (CARDOSO, 2007).

A ligação do lugar com a noção de território ocorre porque “as condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar” (VILHENA, 2002, p. 50). E o território contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento, auxiliando na cristalização de representações coletivas e de símbolos. Falar do ‘meu lugar’ é falar do meu território. Como diz Spink (2001, p. 16), é o “lugar da gente”.

Identities e territórios

De acordo com Albagli (2004), a noção de território se relaciona tanto com a ideia de pertencimento quanto com a de poder, já que o território, espaço apropriado por um indivíduo, é definido e delimitado por e a partir de relações de poder (RAFFESTIN, 1993). É um termo que já nasce como representação, sendo tanto um espaço apropriado politicamente quanto representado. Sua apropriação se relaciona com sua administração, delimitação, classificação, habitação, uso, defesa e identificação

(SEGATTO, 2005). O território não é apenas algo material ou concreto (assim como o lugar), é uma rede de relações sociais e um campo de forças construído historicamente (ALBAGLI, 2004). Ele pode ser “a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta” (ALBAGLI, 2004, p. 26).

O território, para Raffestin (1993), resulta da relação entre três elementos que formam seu tripé: espaço, tempo e relações sociais. Quando relações sociais são materializadas no espaço, este se transforma em um território. Outro conceito relacionado ao de território é o de territorialidade, que se refere

[...] às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (ALBAGLI, 2004, p. 28).

A territorialidade “faz de qualquer território um território” e remete ao sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SOUZA, 1995, p. 99). A relação do território com identidade, por sua vez, se dá porque

o território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial (ALBAGLI, 2004, p. 49).

No entanto, esse processo de formação da identidade territorial ocorre de forma contínua e não somente em direção à sua cristalização. Por esse motivo, corroboramos com Hall (2006) de que, ao invés de falar de identidade, deveríamos falar de identificação. Nesse sentido, consideramos que as empregadas se identificam ou não com os lugares nos quais já viveram e trabalharam, desenvolvendo em relação a eles sentimentos de territorialidade.

Buscando histórias, narrando identidades

A abordagem da pesquisa é qualitativa, já que não se busca regularidades e se prioriza o ouvir os sujeitos, havendo uma proximidade entre pesquisador e pesquisado (MARTINS, 2004). O método escolhido para a coleta de dados foi a história de vida, porque as noções de tempo e de memória estão diretamente relacionadas às de lugar, território e identidade. O território se relaciona a um tripé de elementos que são o espaço, o tempo e as relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

Ouvir as estórias de vida (há uma distinção entre estórias de vida, histórias de vida, biografia e autobiografia, embora em todos esses casos haja o levantamento de toda ou uma parcela da vida de um indivíduo) (KOFES, 1994) das empregadas domésticas para se pensar qual é o seu lugar se justifica porque, na concepção de Augé (1994), “os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, aquele de onde se vem, onde se trabalha, o lugar onde se mora. Isto significa que o espaço pode ser simbolizado, ou seja, ganhar um lugar representacional no imaginário do sujeito” (VILHENA, 2002, p. 50). Falamos em estória de vida e não história de vida porque se tratam

1º) de relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor; 2º) de um material restrito à situação de entrevista. Isto é, estarei considerando apenas o que foi narrado ao pesquisador pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes; 3º) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia (KOFES, 1994, p. 118).

As estórias de vida sintetizam a singularidade dos sujeitos, suas interpretações e interesses, bem como a interação que ocorre entre pesquisador e entrevistado (KOFES, 1994), considerando ainda que o entrevistado articula tanto reflexão quanto evocação quando fala sobre si. Nesse sentido, consideramos que as estórias de vida

contenham tanto informações (a objetividade do relato), quanto evocações (sua subjetividade) (KOFES, 1994).

Em função da sua disponibilidade, três empregadas domésticas relataram suas histórias de vida para o estudo, o que ocorreu nas próprias residências em que moravam. As entrevistas foram gravadas com a autorização das mesmas e pedimos que contassem sua trajetória de vida. Sugerimos que pensassem sua vida como sendo dividida em capítulos. Constantemente receosas em estarem contribuindo ou não para o trabalho, já que serem sujeitos de uma pesquisa foi, para essas mulheres, uma novidade, foi necessário durante as entrevistas incentivá-las a falar de forma livre o que queriam. Falar de suas vidas de uma forma linear não foi algo que conseguiram e nem foi nossa pretensão. Nesse sentido, ao longo da condução das entrevistas, havia a intervenção quando eram necessários mais detalhes de algumas passagens que contavam. Uma das dificuldades na realização do estudo foi demonstrar para as entrevistadas que “elas eram a pesquisa”. O desenvolvimento de uma proximidade com as mesmas foi fundamental para que elas pudessem dizer aquilo que muitas vezes não julgavam ser importante para a pesquisa.

Para a análise dos relatos, utilizamos uma análise de conteúdo qualitativa. A análise de conteúdo é uma técnica de análise de comunicações que permite que se revelem os sentidos do conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999). É um processo que considera que só se abstrai o sentido de um conteúdo se este partir da enunciação do sujeito da pesquisa ou de fonte documental utilizada (TRIVIÑOS, 1987). Usamos uma análise categorial, em que se divide o conteúdo das transcrições das entrevistas em unidades – categorias – de análise, buscando também desvendar relações entre essas categorias (FLICK, 2004). No caso dessa pesquisa, as categorias foram definidas posteriormente às entrevistas, por meio de uma análise do que foi coletado. Tais categorias, definidas de acordo com os relatos de histórias de vida das três empregadas, são: o lugar da família de origem (e a cidade de origem), o lugar da escola, o lugar do trabalho e o lugar da (atual) casa. Essas categorias foram escolhidas por representarem agrupamentos de lugares presentes no conteúdo dos relatos das empregadas sobre suas histórias, agrupamentos esses que se relacionavam a diferentes significados de pertencimento por elas atribuído.

Os lugares das empregadas domésticas entrevistadas

As três empregadas entrevistadas, Francisca, Isabel e Cláudia (nomes fictícios), embora possuam diferentes faixas-etárias e especificidades em suas histórias de vida, possuem muito em comum nas suas trajetórias. Todas nasceram no interior e atualmente vivem em Belo Horizonte, tendo saído da casa dos pais para trabalhar como empregada doméstica ainda crianças ou adolescentes.

Francisca, a mais velha das entrevistadas, tem 67 anos, nasceu em Ladainha, e começou a trabalhar aos oito anos de idade (“fui criada na casa dos outros”), morando na casa de patrões até os 15 anos. Não recebia salário, apenas alimentação e moradia, e sofria violência física. Após sair, chegou a trabalhar na roça e em casa de família. Passou por outras cidades, começando a trabalhar de forma remunerada, até chegar a Belo Horizonte, onde mora há sete anos. É analfabeta, sabendo escrever somente seu nome. Aos 20 anos, teve uma filha e casou-se, relação na qual se manteve durante oito anos, tendo mais dois filhos. Por sofrer constante violência por parte do marido, se separou. Após o casamento, teve ainda mais um filho. Hoje, tem 14 netos. Na semana da entrevista, Francisca acabava de conseguir sua aposentadoria. Aposentou-se aos 67 anos porque começou a pagar muito tarde a previdência social. Somente no último emprego, os patrões faziam o recolhimento. Trabalhou de forma precária para várias famílias pobres ao longo de sua vida. Hoje vive em casa alugada e se sente bem porque “agora tem a sua casinha”. Mesmo aposentada e com problemas nas pernas, continua fazendo faxina na casa de uma das antigas patroas, além de salgados por encomenda.

Cláudia tem 31 anos, é casada e tem um filho, de sete anos. Começou a trabalhar como babá aos 14 anos. Desde então, trabalhou a vida inteira como empregada doméstica, seja como babá, mensalista ou diarista. Concluiu o ensino fundamental e teve que abandonar os estudos por não conseguir conciliá-los com o trabalho. Nasceu em Brasília de Minas, mudou-se depois para Montes Claros em busca de melhores oportunidades de emprego. Logo após, mudou-se para Belo Horizonte para ficar com seu atual marido. Atualmente trabalha como diarista, fazendo faxina de forma fixa em cinco casas. Foi criada pela avó porque os pais não tinham condições financeiras, embora com eles tenha sempre mantido contato. Mora há nove anos em Belo Horizonte. Trabalha agora como diarista porque alega ser melhor não ter compromisso integral com um patrão por causa de possíveis imprevistos com o filho, e também por conseguir uma renda melhor, apesar de não contribuir para a previdência. Relata estar feliz hoje porque tem uma família unida, um marido que a apoia profissionalmente e um filho que, segundo ela, “já é suficiente pra fazer rir e chorar”.

Isabel tem 35 anos e nasceu na cidade de Palestina, no Pará. Aos 10 anos, mudou-se de sua cidade para morar e trabalhar como doméstica para outra família, para a qual fazia todos os serviços domésticos. Não recebia salário, apenas moradia e alimentação. Ficou até os 15 anos morando com essa família, passando por constantes sofrimentos e privações. Não abandonou a escola nesse período, mas não recebia nenhum apoio dos empregadores, que inclusive dificultavam sua continuidade nos estudos. Durante esse período, mantinha pouco contato com os pais. Aos 15 anos, fugiu dessa casa, sendo acolhida em casa de uma amiga. Engravidou e não teve o apoio do pai da criança. Como uma tia morava em Belo Horizonte, mudou-se quando estava com sete meses de gravidez. Não parou de trabalhar como doméstica, tendo trabalhado um bom tempo também como camareira. Casou-se e teve mais três filhos. Ficou casada durante oito anos, terminando o relacionamento porque o marido era muito ciumento e a atrapalhava a trabalhar, além de não concordar que ela voltasse a estudar. Atualmente, é diarista e vive com as duas filhas, enquanto o ex-marido fica com dois filhos. É a única das entrevistadas que conseguiu comprar uma casa própria, por meio de programa de apoio do governo federal. Decidiu voltar a estudar, concluindo o Ensino Médio e tentando vestibular na PUC Minas. No momento da entrevista, estava no segundo período do curso de Administração. Diz estar gostando muito de fazer o curso e paga 50% da mensalidade com a renda que recebe como diarista. Trabalha de segunda a sexta para três famílias diferentes.

○ Lugar da família de origem

O momento da infância e o do trabalho se confundem muito. “Eu não tive infância assim, foi muito sofridora, me criei na casa dos outros, porque meus pais não tinham condições” (Francisca). E se é “a partir de um lugar – inicialmente representado pelo círculo materno/infantil – que falamos e somos ouvidos, respeitamos e somos respeitados, sentimo-nos incluídos ou à margem” (VILHENA, 2002, p. 50), todas as entrevistadas não criaram laços significativos com o lugar no qual nasceram ou passaram sua infância, justamente porque ela foi marcada pela antecipada inserção no mundo do trabalho. Todas foram trabalhar cedo como empregadas domésticas em casas nas quais também moravam, mantendo pouco contato com os pais ou irmãos. Desde que saíram da casa dos pais e da cidade na qual nasceram, não mais retornaram, o que provocou não só um distanciamento do local de origem, mas dos próprios pais. É comum que empregadas domésticas de origem rural (principalmente as que saíram de casa muito cedo) passem por mudanças nas suas filiações e graus de pertencimento. Há, em alguns casos, uma ressocialização pelos parâmetros dos patrões (BERNARDINO-COSTA, 2007) e a perda de identificação com o lugar de origem, já que nele passaram pouco tempo de suas vidas.

Observamos nos relatos um silenciamento a respeito dos pais e da cidade natal. Não houve, por parte de nenhuma das três, relatos detalhados sobre experiências enquanto crianças que não tenham sido relacionados ao trabalho em si. Quando

solicitadas a falar sobre suas vidas, logo começavam falando da idade em que começaram a trabalhar, o que se justifica porque o lugar que comumente as remeteriam a lembranças da infância foi lhes tirado precocemente. Não se desenvolveu, assim, um sentimento de pertencimento relativo aos lugares de origem. Eles não constituem, para as três, referenciais significativos da construção de sua identidade. De forma negativa, constituem-se em lugares que trazem memórias de sofrimento.

A única das entrevistadas que relatou manter ainda um vínculo com o lugar de origem é Cláudia, que visita uma vez ao ano os pais e a irmã. No entanto, quando retorna à sua cidade, sente-se deslocada na casa de seus familiares. Para resolver essa situação, diz estar construindo uma pequena casa no local para que possa ficar mais à vontade nas férias, sem intenções de voltar a morar definitivamente na cidade. Há uma tentativa de Cláudia de resgatar o sentimento de pertencer ao que lhe pertence, a territorialidade (ALBAGLI, 2004).

Sair de casa ainda criança para o trabalho doméstico em outras residências é algo que ocorre como uma continuidade típica de uma atribuição às próprias crianças, nas periferias, de responsabilidades sobre o trabalho doméstico, o qual é muitas vezes "percebido como obrigação das crianças e ajuda para os adultos" (BERNARDES, 1992, p. 28). Isto é, mesmo antes de saírem de casa, já possuem uma orientação para esse tipo de atividade, principalmente por serem mulheres. Pois "para adultos e crianças, as atividades consideradas serviço da casa (limpeza, arrumação, alimentação e higiene pessoal) são essencialmente atribuídas à mulher" (BERNARDES, 1992, p. 28). Há ainda outro aspecto que explica que tais famílias façam suas filhas trabalharem e morarem em outra residência: elas ficam em um espaço privado, evitando as ruas, já que "independentemente da raça ou do tipo de família: as possibilidades de circulação no espaço público em locais mais distantes da residência mostram-se, de modo geral, mais acessíveis aos meninos" (BERNARDES, 1992, p. 28).

Transposto então pelo lugar do trabalho, o lugar de origem dessas empregadas não representa para elas os seus lugares. Houve uma permanência de vínculos com os pais no caso de Francisca e Cláudia, mas de uma forma distanciada, já que suas trajetórias de vida não as permitiram o retorno às origens, e nem mesmo a manutenção de um contato constante.

O lugar da escola

Assim como o lugar do trabalho se sobrepôs ao lugar da família de origem, houve também uma sobreposição relativa à escola, ao lugar da educação, o que corrobora com os dados do IBGE, que demonstram que quase 42% das trabalhadoras domésticas possuem entre quatro e sete anos de estudos (SANTOS, 2010), o que não lhes confere, por exemplo, a conclusão do ensino médio. Cláudia estudou até a 8ª série do ensino fundamental e parou por causa do trabalho. Ela foi a entrevistada cujo efeito de sentido entre pesquisador e entrevistado ficou mais evidente. A entrevistadora se identificou como estudante universitária para justificar a pesquisa e, em algum momento da entrevista, para estimular maior segurança, contou que sua mãe havia sido empregada doméstica. Observamos que, por conta dessa interação, o tema estudo foi bastante recorrente nos relatos de Cláudia, ainda que não tenha havido pergunta específica sobre o assunto. Ela parecia se justificar por ter parado de estudar, dizendo que teria vontade de retomar os estudos. Mas, ao mesmo tempo, revelava não achar compensatório o salário para quem tem uma formação. Em suas falas, percebemos um distanciamento do lugar da escola não só pela necessidade de trabalhar, mas por acreditar que poderia ter um esforço muito grande para receber um salário não justo.

Já Francisca, analfabeta, credita essa condição também à necessidade de trabalhar e ao fato de que seus primeiros patrões, quando tinha oito anos, não a deixaram estudar. Ao longo de sua vida, fez outras tentativas frustradas de voltar para a escola. Tal distanciamento a levou a ter uma postura defensiva em relação a seu analfabetismo, destacando o fato de que sabe resolver suas coisas sozinhas mesmo sem saber ler e escrever. Não há, por parte de Francisca e de Cláudia, um vínculo

estabelecido com o lugar da escola. Ambas reconhecem a importância dos estudos, mas a relativizam por critérios como o salário do trabalhador qualificado (Cláudia) e por conseguirem sobreviver sem a educação formal (Francisca). No entanto, ambas também revelam suas aspirações de voltar a estudar, mas algo sempre acompanhado das barreiras que consideram para esse retorno.

Diferentemente de Francisca e Cláudia, Isabel sente que o lugar da escola é seu e obstinadamente buscou estar nele. Para tanto, enfrentou preconceitos das próprias colegas de trabalho, que acreditavam que ela perderia tempo estudando; dos próprios gestores do hotel em que trabalhava como camareira, quando, sabendo que ela havia passado no vestibular, queriam promovê-la a supervisora do hotel sem nenhum aumento de salário e, principalmente, do ex-marido. Isabel terminou o relacionamento porque o marido era ciumento e, em suas palavras, atrapalhou seus projetos de voltar a estudar e trabalhar. Ao longo de sua trajetória, demonstrou acreditar que o lugar dos estudos não era só o ambiente físico da escola. Assim, ainda que tenha passado pelas limitações de tempo para frequentar a escola como Francisca e Cláudia tiveram, não desistiu de pertencer a esse lugar. Dos 10 aos 15 anos, quando morava com seus primeiros empregadores, concluiu o ensino fundamental. Mas como os patrões não a apoiavam e até mesmo dificultavam sua continuidade nos estudos, desenvolveu várias táticas para se manter na escola. Como trabalhava na casa o dia todo e ia para a escola à noite, o único tempo que tinha para estudar era em sua volta da escola. Como a patroa não lhe deixava ficar com a luz acesa em seu próprio quarto, estudava na rua utilizando a luz do poste.

O lugar dos estudos ao qual sente pertencer não é para Isabel apenas o espaço institucionalizado da escola. É onde e quando puder. Continuando a trabalhar e ainda tendo as responsabilidades relativas às tarefas domésticas de sua casa e aos filhos, estudava e ainda estuda para as provas durante os trajetos diários de ônibus. Para ela, um não-lugar (AUGÉ, 1994) como o transporte coletivo assume as conotações de lugar. O ônibus assume principalmente uma conotação de lugar porque Isabel desenvolve relações com as pessoas que nele se encontram, incentivando as pessoas com as quais conversa a voltar a estudar, tendo feito em um desses trajetos, inclusive, uma grande amiga.

Mas o sentimento de pertencimento de Isabel ao lugar da universidade não ocorre quando se trata da empregada doméstica, pois ela não conta a ninguém na universidade que é diarista, havendo então um silenciamento relativo à sua ocupação profissional. Isabel prefere assumir outra "identidade", não revelando sua atividade profissional e afirmando temer o preconceito. O que se infere nesses relatos é o julgamento que ela mesma faz do lugar da universidade como não sendo um lugar para as empregadas domésticas. Na universidade, tenta construir-se como uma aluna como qualquer outra (a identidade para o outro). No entanto, quando está em seus lugares de trabalho como diarista, tem orgulho em assumir que é universitária. Nesse ambiente, essa revelação traz, para si, *status* e respeito. Mais uma vez, Isabel nega a condição de empregada doméstica mesmo no que se refere ao modo como é tratada por seus empregadores. Há uma dupla negação da condição de empregada para estar no lugar da universidade, o que corrobora com as visões das duas outras empregadas que demonstram não considerar a escola como seu lugar: ela está na universidade, mas não como empregada doméstica. E quando está trabalhando como empregada, também não se sente como tal.

Podemos considerar que Isabel desenvolve táticas para construir uma identidade para si (baseada na identidade para os outros) que se relaciona preponderantemente com o fato de ser estudante de administração da PUC Minas, que é como quer ser vista. Essas táticas são desenvolvidas tanto de maneira proativa, quando incentiva colegas e usuários dos ônibus a estudar, mas, sobretudo de maneira defensiva. Defende-se na universidade ao não revelar sua atividade profissional, e defendeu-se também do ex-marido, que achava que ela perdia tempo estudando e deveria ter comprado um carro com o dinheiro gasto na universidade.

Um mesmo lugar serve de referência para todos os que nele ocupam uma posição no sistema de valores, de hierarquia e de poder, seja essa uma posição

central, intermediária ou periférica (CARDOSO, 2007). Quando Isabel fala do lugar da universidade, ocupa nela uma posição que deveria ser central, enquanto público-alvo do serviço educacional. No entanto, pelas limitações que enfrenta por ocupar um lugar periférico em uma hierarquia social de profissões, também na universidade passa a ocupar uma posição desprivilegiada, pois, pelos interesses sociais que a cercam, como o interesse de sua patroa, a escola é um lugar secundário em sua existência. Como por intermédio da universidade percebe possibilidades de melhorar sua condição social, esse passa a ser um lugar de sobrevivência. No entanto, ao ser questionada sobre como se vê no futuro, revela uma significativa dependência afetiva com os empregadores e diz não saber como fará para abandoná-los quando for trabalhar na área em que estuda. Há a criação e a manutenção de um vínculo identitário tão significativo com o lugar de trabalho dessas mulheres que, mesmo Isabel se graduando, não sabe como deixar os patrões. E é sobre esse lugar do trabalho que se fala a seguir.

○ lugar da casa dos patrões

Antes de iniciar as discussões sobre a relação das empregadas entrevistadas com o lugar de trabalho – a casa dos patrões – destacamos o fato de que, em termos físicos e territoriais, a casa na qual trabalham é de terceiros. No entanto, em alguns momentos, é significativo o sentido da expressão “como se fosse a minha casa”. Há dois grandes momentos que representam o lugar do trabalho na vida das entrevistadas. O lugar do trabalho na infância e na adolescência, em que moravam na casa dos patrões. E o segundo momento, já adultas, em que possuem maior autonomia no trabalho, tendo seus próprios locais de moradia.

○ trabalho na infância e na adolescência

O trabalho que as empregadas desempenhavam quando crianças ou adolescentes assumia uma conotação maior de criada e não de empregada, em uma situação de exploração maior do que a que atualmente vivenciam. Se a casa era dos outros, era território de outros. Tratadas como criadas, vivenciaram muitos atos de exclusão e segregação no ambiente doméstico. As situações relatadas demonstram que elas apenas habitavam a casa dos patrões para lhes servirem, vivendo em um ambiente que não invocava pertencimento. Se os lugares são identitários, como defende Augé (1994), havia nesses espaços a construção de uma identidade negativa, pautada no não pertencer, no não ter direito, em não ser respeitada e não “ser gente”. As ações das patroas eram contundentes no desejo de demonstrar essa diferenciação. E os próprios componentes físicos dos espaços se tornam símbolos de memória do que viveram: a afirmação de uma não territorialidade, apenas de uma habitação. Nesse sentido, há na relação estabelecida entre empregadores e empregadas uma proximidade física e um compartilhamento de determinados lugares que vem acompanhada, entretanto, de um distanciamento simbólico.

Observa-se a continuidade de um código moral de relações entre criadas e patrões que remonta aos anos 1860-1910 no Brasil, que “prescrevia que os patrões e patroas deveriam prover proteção, alimentação, moradia, roupas aos criados e às criadas e, em contrapartida, estes deveriam oferecer obediência e fidelidade” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 2). Houve também, nas relações descritas, a continuidade de uma forma de trabalho pré-capitalista, já que não havia retribuição pecuniária pelo trabalho que desempenhavam. Mesmo havendo a “representação de um universo comum a trabalhadoras e patroas, o doméstico”, “elas são desiguais e diferentes neste espaço” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 3).

No caso das domésticas que residem no trabalho, sem uma delimitação clara de sua jornada, há ainda o fato de poderem ser acionadas a qualquer momento para a realização de atividades (OLIVEIRA, 2009), como relatou Isabel. Não havendo, então, uma separação entre a moradia e o local de trabalho (OLIVEIRA, 2009), o mesmo lugar

se tornava tanto um lugar de usufruir (para os patrões) como um lugar de restrições (para as empregadas). Dessa forma, o simples fato de duas pessoas viverem no mesmo ambiente, não faz necessariamente desse ambiente **seus** lugares. As relações de poder nele presentes bem como as hierarquias sociais e profissionais fazem com que estes se tornem lugares que evocam experiências inclusive opostas: “[...] as pessoas saem, você fica ali isolada. Eles iam pra festa e eu ficava só, perdida no apartamento” (Cláudia).

Ao momento no qual saíram das casas em que moravam na infância ou na adolescência como empregadas, mudando-se para outras cidades, elas atribuem maior possibilidade de se relacionar com outras pessoas, inserindo-se em outros círculos sociais. Não obstante, foi nesse momento que conheceram os pais de seus filhos. Além disso, há o caráter pecuniário nas novas relações de trabalho que desenvolvem nesse momento, passando de criadas a empregadas domésticas. Nessa transição, não há somente uma mudança de localidade, mas uma ressignificação ao lugar do trabalho. Ressignificar diz respeito a atribuir uma nova representação. Subvertendo o significado até então concedido ao lugar do trabalho, todas elas partiram para um enfrentamento direcionado para a modificação de uma situação pré-existente (CAMPOS, 2006), tentando transformar um lugar de privações em um lugar, principalmente, de afiliações.

O lugar do trabalho hoje: na cidade grande, como diarista e “como se fosse da família”

O que predomina na transição que as entrevistadas fizeram é a mudança do *status* de criada para o de empregada doméstica. Apesar da manutenção de várias das dificuldades associadas ao trabalho doméstico, destaca-se o sentimento de pertencer à família dos seus empregadores. Interessante observar que isso ocorre quando não mais moram na mesma casa em que trabalham. Isto é, há um distanciamento físico do local do trabalho, mas um vínculo emocional muito mais forte do que o antes desenvolvido. Ser quase da família ou como se fosse da família é o complexo de Tia Anastácia, argumento utilizado pelo sociólogo Ronaldo Sales para explicar a proximidade que se observa da empregada doméstica com a família, o que se relaciona a um reflexo do clientelismo, da cordialidade e do patriarcado brasileiros (SANTOS, 2010).

Observa-se que “as demandas que a empregada mantém de relacionamento com a patroa sugerem uma relação filial: a patroa é considerada uma segunda mãe, uma protetora, uma madrinha” (CAMARGO, 2009, p. 14). Elas estabelecem no trabalho uma relação de pertencimento que está presente simbolicamente na interação “com suas crianças, sua cozinha, seu tempero, seus quitutes” (CAMARGO, 2009, p. 12), sendo essa uma forma de negar a identidade de empregada doméstica. Não consideramos o afeto como algo negativo, mas como algo que também afasta as possibilidades de cobrança de direitos trabalhistas para essas mulheres, o que pudemos observar em seus relatos.

Francisca considera sua ex-patroa como uma “patroa boa”, mesmo que ela não tenha lhe pagado em dia as obrigações trabalhistas. Outro elemento importante na história dessas mulheres foi a conquista de maior autonomia no trabalho, o que ocorreu principalmente com Cláudia e Isabel que, tornando-se diaristas, enfatizam a liberdade que possuem de escolher onde trabalhar. Embora haja certa autonomia, ela é relativa. Pois, com as patroas para quem trabalha, desenvolveram dependência afetiva, interpretada como apego dos patrões por elas.

No caso de Francisca, também há a manutenção dessa relação mesmo depois de aposentada. Continua fazendo faxina na casa de uma ex-patroa e, quando solicitada, vai cozinhar para a mesma. Mais do que uma relação baseada em afeto, podemos dizer que há, por parte dos empregadores, um temor de terem que buscar outra empregada doméstica que se ajuste às suas necessidades, pois as famílias tendem a se desorganizar se perderem a empregada. “Sem ter quem cuide de nós, nos perdemos em dramas intensos: quem vai ficar com as crianças para eu trabalhar?, quem vai lavar a louça? [...] A experiência catastrófica de perder a empregada é ilustrativa do sentimento de simbiose que se instala nesta relação” (CAMARGO, 2009, p. 15) e, sobretudo, da importância do cuidado e gestão das empregadas.

Atualmente, elas afirmam se sentir bem trabalhando, tendo contato com outras pessoas e podendo, assim, pertencer a outros lugares. O próprio fato de considerarem sua atual condição de trabalho de maneira relacional à anteriormente vivida faz com que qualquer avanço seja considerado positivo. O simples fato de sua última patroa não lhe "chamar a atenção" é, para Francisca, uma fonte de maior identificação com o lugar de trabalho.

A despeito das dificuldades enfrentadas, observamos que o trabalho e seu lugar fazem parte da construção das identidades das três mulheres, tornando-se parte delas. Tal felicidade, no entanto, aparece relacionada ao fato de não serem tratadas como empregadas, mas como alguém da família ou como amiga dos patrões. Há, dessa forma, uma felicidade no trabalho que se relaciona à recusa da identidade da empregada doméstica. A partir dessa recusa, assumem que os lugares em que trabalham também são seus. Há, nesses lugares, um misto de sofrimento com pertencimento. Para defendê-los como seus territórios, elas se negam enquanto domésticas, talvez pelo baixo reconhecimento social do seu trabalho, ou pelo fato de nesses lugares estarem próximas de outras realidades sociais, econômicas e simbolicamente distintas dos seus locais de origem e de residência. Além disso, não rompem facilmente com os atuais locais de trabalho, mantendo uma relação de apropriação com o mesmo.

○ lugar do próprio lar: suas casas, seus "cantinhos"

A casa e o bairro no qual as empregadas atualmente moram são considerados os seus "cantinhos" de refúgio, de descanso e de realizações. Há de comum na trajetória das entrevistadas o fato de que nunca estiveram, após saírem de suas cidades de origem, em suas próprias casas. Quando não moravam na casa dos patrões, moravam com amigas ou parentes. Foi recentemente que todas as três conseguiram conquistar o **seu** espaço. Não apenas de forma simbólica, mas também territorial, pois embora apenas Isabel possuía casa própria, Cláudia e Francisca, pagando aluguel, possuem direito adquirido de residir em suas moradias.

Albagli (2004) ressalta que a territorialidade, enquanto sentimento de pertencer ao que nos pertence, não é sinônimo de raízes culturais, pois é transportável e dinâmica, como ocorre com os migrantes, caso das entrevistadas, exemplos de indivíduos "que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades territoriais em novos espaços" (ALBAGLI, 2004, p. 29). A sensação de conforto com o lugar em que atualmente moram fica evidente nos relatos, tanto no que se refere às casas como ao bairro. Somente no caso de Isabel é que se observa que há ainda uma adaptação ao lugar pois, como adquiriu sua casa por meio de um programa do governo federal, teve que escolher entre os bairros disponíveis para morar.

No caso de Francisca e Cláudia, que moram em um bairro antigo de Belo Horizonte, o desenvolvimento de relações consistentes com a vizinhança fica evidente. O sentimento de pertencimento ao lugar em que moram é tão significativo que elas temem ter que deixar o bairro caso os proprietários de suas casas deixem de alugá-las. Francisca mora hoje em uma casa na qual trabalhava antes, uma casa simples, já que trabalhou preponderantemente para famílias mais pobres. Sua casa hoje assume um sentido de lugar de descanso e no qual pode se preparar para morrer. Os relacionamentos que Francisca e Isabel desenvolvem no bairro são importantes para a formação de identidades, individuais e coletivas, pois "a imagem construída pelo seu meio social, nas relações com seus próximos, com a cultura na qual o sujeito se insere, é fator privilegiado da constituição do sujeito" (VILHENA, 2002, p. 52). Além disso, "buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos, estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento" (VILHENA, 2002, p. 50).

A felicidade por estarem agora em suas casas se faz presente nos relatos, demonstrando que sentem ter encontrado seus lugares. Todavia, o lugar do trabalho não deixa de ser uma importante referência para essas mulheres. Até mesmo quando falam de suas casas, **a** pensam de maneira relacional à casa das patroas. Elas destacam,

sobretudo, a autonomia em decidirem quando e de que forma fazerem as atividades domésticas em suas próprias casas. No entanto, há também nesses discursos uma implícita relação de maior status conferido à casa das patroas em detrimento de suas próprias casas.

Elas desenvolvem táticas para serem bem aceitas no trabalho. Deixando as casas das patroas muito bem arrumadas, conseguem aprovação das mesmas, construindo imagens de pessoas caprichosas com os afazeres domésticos, o que constitui uma identidade para o outro, que poderia ser quebrada caso as patroas vissem como estão suas próprias casas, para as quais não dispensam os mesmos cuidados. Nesse sentido, há uma contradição quando dizem que arrumam a casa das patroas como se fossem suas próprias casas, já que nelas se sentem mais à vontade em não buscarem um ideal de limpeza nas tarefas domésticas. Sendo assim, a autonomia é considerada um elemento importante nas relações que estabelecem com aqueles lugares que são seus.

Considerações finais

Consideramos que o objetivo deste estudo foi pretensioso por buscar responder quais são os lugares das empregadas domésticas a partir do ponto de vista delas próprias. Poderíamos ter feito um estudo baseado unicamente na sociologia das profissões ou no estudo de hierarquias sociais e profissionais, ou mesmo a partir da visão que a sociedade constroi a respeito dessas trabalhadoras. No entanto, como o foco era a exploração da noção de lugar no sentido de pertencimento, vinculado à identidade, território e territorialidade, ouvir essas mulheres era a forma mais adequada de se compreender os vínculos que estabelecem ou não com os lugares em que vivem e se socializam.

Como resposta à questão de pesquisa, observamos na trajetória de vida dessas mulheres maior identificação e sentimento de pertencimento em relação ao lugar da casa: as casas em que atualmente trabalham e a casa em que atualmente vivem, entendendo essa última não só como a casa propriamente dita, mas o bairro e os lugares nos quais estão os familiares com quem atualmente convivem.

Havendo certa simbiose simbólica entre esses lugares, agem como se nas casas de suas patroas fossem parentes, filhas ou amigas: há uma continuidade das relações de afeto que desenvolvem em seu próprio seio familiar. Nesse sentido, a casa, enquanto espaço privado, aparece como o lugar das empregadas, tanto no que se refere à esfera produtiva, quanto à esfera particular. No entanto, para que a casa na esfera produtiva esteja relacionada a um sentimento de pertencimento, elas negam nesse lugar a condição de empregadas domésticas, o que as confere um sentimento de pertencimento não só ao lugar físico, mas à própria família empregadora. Essas relações afetivas que envolvem pertencimento, identidade e territorialidade acabam historicamente por mascarar o distanciamento simbólico que ainda existe entre essas empregadas e as famílias que as empregam, distanciamento esse marcado por dimensões como classe, sexo, raça e nível de escolaridade.

Assim, este artigo contribui para compreender como o processo de formação de identidades por parte das empregadas entrevistadas se dá por meio de uma vinculação negativa às suas condições de empregadas domésticas. Há uma negação da condição de empregada tanto em suas próprias casas, como nas casas em que trabalham e também na escola. Em suas próprias casas, recusam-se a exercer com a mesma dedicação as atividades que exercem como domésticas. Tendo sido tiradas cedo do convívio familiar e do local onde nasceram, tiveram suas infâncias e adolescências tomadas pelo trabalho e pela casa alheia, não tendo desenvolvido laços de proximidade fortes com suas origens.

Nesse sentido, o que se destaca nos resultados é a recorrente negação da condição de empregada para que elas se permitam pertencer aos lugares. A construção de identidades em uma dinâmica negativamente relacionada com a atividade ocupacional que exercem é possivelmente fruto tanto do que já vivenciaram e sofreram, como também da própria falta de reconhecimento social de sua atividade.

Tal falta de reconhecimento, associada de forma contraditória à expressividade dessa ocupação no cenário brasileiro, contribui para que essas mulheres continuem negando suas identidades como diaristas, mensalistas, babás etc. Além disso, esse aspecto diz respeito às próprias construções sociais que inferiorizam a ocupação das domésticas e também a heranças históricas e culturais de perspectivas funcionalistas da sociologia das profissões que, como citamos, desconsiderariam a atividade das domésticas como uma profissão.

Outra contribuição do trabalho é a percepção de que a transposição de um lugar ao outro, as mútuas influências e inter cruzamentos reforçam a caracterização do lugar como transcendente ao aspecto físico e geográfico. A mesma identidade que se constrói no lugar do trabalho influencia a forma como Isabel, por exemplo, se relaciona no lugar da universidade. O lugar do trabalho é também por vezes considerado o lugar da família e da sua própria casa.

Consideramos como limitação do estudo uma não imersão nos lugares e nas experiências vivenciadas por essas mulheres, pois, por mais que tentamos entender seus relatos, ainda o fazemos de um ponto de vista externo. Isso poderia ser resolvido por meio de uma etnografia, o que sugerimos para futuras pesquisas.

Por fim, destacamos que as contribuições deste artigo para o campo dos estudos organizacionais residem não só em se ter como sujeitos de pesquisa trabalhadoras que não estão inseridas em empresas ou organizações, sejam formais ou informais, mas que atuam em uma esfera organizativa de dimensão mais social: as famílias; e que não têm recebido uma atenção especial por parte da academia; mas também por reforçar o simbolismo envolvido em temas como lugares, territórios e identidades. Ao fazê-lo, o estudo abre caminhos para se estudar a trajetória de vida de trabalhadores de maneira vinculada ao modo como eles se sentem e se relacionam com seus lugares de trabalho. Além disso, o estudo contribui para a reflexão de que as empregadas podem pertencer a diversos lugares, e de que esse pertencimento se refere ao modo como elas subjetivamente se relacionam com os mesmos. Assim, como quaisquer sujeitos sociais, elas podem experimentar diversas noções de pertencimento e de territorialidade. Nesse sentido, não existe um lugar simbólico da empregada doméstica que assuma um caráter universal: há os lugares (no plural) aos quais elas simbolicamente pertencem e que foram e continuam sendo definidos e redefinidos nas diversas etapas de sua vida.

Referências

AGNEW, J. A.; DUCAN, J. S. *The power of place: bringing together geographical and sociological imaginations*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: ALBAGLI, S. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004. p. 23-69.

AUGÉ, M. *Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994. 111 p.

BARBOSA, M. L. O. Ensaio bibliográfico: as profissões no Brasil e sua sociologia. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003.

BERNARDES, N. M. G. Vida cotidiana e subjetividade de meninos e meninas das camadas populares: meandros de opressão, exclusão e resistência. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 12, n. 3/4, p. 24-33, 1992.

BERNARDINO-COSTA, J. *Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. 2007. 287 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 67-0104, jul. 2000.
- CAMARGO, H. M. Qual o lugar que a empregada doméstica ocupa na proteção jurídica da família, da criança e do adolescente? In: CONGRESSO PAULISTA DE DIREITO DA FAMÍLIA, III, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IBDFAMSP, 2009.
- CAMPOS, D. M. C. *O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001.
- CARDOSO, C. F. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 1, p. 7-23, 2007.
- CARLOS, A. F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Lugar, no-lugar y entre-lugar: los ángulos del espacio turístico. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 16, n. 1, p. 5-25, 2007.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHANLAT, J. F. (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 7-17, 2007.
- DASKALAKI, M.; STARAB, A; IMAS, M. The 'parkour organisation': inhabitation of corporate spaces. *Culture and Organization*, v. 14, n. 1, p. 49-64, Mar. 2008.
- FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FREITAS, M. E. Identidade e identidades: somos o branco e o arco-íris. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; ENOQUE, A. G.; GANDOLFI, P. E. (Org.). *Identidade nas organizações*. Curitiba: Juruá, 2010. p. 11-14.
- GONÇALVES, C. M. *Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento*. Porto: Universidade do Porto, 2007.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARRIS, D. E. "Você vai me servir": desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo populacional 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 117-41, 1994.
- LARSON, M. S. *The rise of professionalism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

- MACHADO, H. V.; KOPITKE, B. A identidade no contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, II, 2002, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2002.
- MARCONDES, W. B. et al. O peso do trabalho "leve" feminino à saúde. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 2, p. 91-101, 2003.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- OLIVEIRA, R. B. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: uma leitura sobre o emprego doméstico. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 2, n. 1, p. 1-22, jul./dez. 2009.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RICHARDSON, T.; JENSEN, O. B. Linking discourse and space: towards a cultural sociology of space in analyzing spatial policy discourses. *Urban Studies*, v. 40, n. 1, p. 7-22, Jan. 2003.
- SAFFIOTI, H, I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H, I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, J. K. C. *Quebrando as correntes invisíveis: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil*. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2010.
- SEGATTO, R. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *História Revista*, v. 10, n. 2, p. 195-226, jul./dez. 2005.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SPINK, P. O lugar do lugar na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, ed. especial, p. 11-34, 2001.
- STEWART, P. J.; STRATHERN, A. *Landscape, memory and history: anthropological perspectives*. London: Pluto Press, 2003.
- TRIVIÑOS, A. R. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VILHENA, J. *Da cidade onde vivemos a uma clínica do território: lugar e produção de subjetividade*. Pulsional: Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 15, n. 163, p. 48-54, nov. 2002.

Submissão: 04/04/2013

Aprovação: 25/06/2014